

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 674, DE 2007

Regulamenta o Art. 226, § 3º, da Constituição Federal, união estável, institui o divórcio direto.

Autor: Deputado CÂNDIDO VACCAREZZA

Relator: Deputado JOSÉ LINHARES

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Federal Cândido Vaccarezza (PT-SP), propondo a regulamentação do artigo 226, § 3º, da Constituição Federal, que dispõe sobre o reconhecimento da união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.

O projeto propõe o reconhecimento da união estável não somente entre o homem e a mulher, mas entre duas pessoas capazes, independentemente de serem homens e mulheres. Ou seja, propõe que o Estado reconheça como entidade familiar a união estável de homem com mulher, de homem com homem ou de mulher com mulher. Além disso, propõe a criação de uma figura jurídica nova denominada de “divórcio de fato” para dissolver a união estável, cuja ruptura persistir por mais de cinco anos.

Em seus 22 (vinte e dois) artigos, o projeto dispõe sobre a definição de união estável, sobre o estado civil das pessoas em união estável, sobre a prova da união estável, sobre a dissolução da união estável, sobre o divórcio de fato, sobre os alimentos que podem ser requeridos na união estável, sobre o parentesco entre as pessoas que assim vivem, sobre o regime de bens e sobre o direito sucessório na união estável. Propõe, ainda, a

revogação da Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, e da Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, que tratam da união estável.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em que pese o alcance social pretendido pelo projeto, a proposição não pode prosperar porque é flagrantemente inconstitucional ao propor a modificação do art. 226, § 3º, da Constituição Federal de 1988, através de Lei Complementar. Embora a Constituição Federal tenha determinado que a lei facilitaria a conversão da união estável em casamento, jamais foi intenção do Constituinte equipará-la ao instituto do casamento.

Veja que o projeto propõe o reconhecimento da união estável entre duas pessoas capazes, não fazendo qualquer distinção entre o homem e a mulher, podendo então a união estável ser reconhecida entre homem que vive com homem ou entre mulher que convive com outra mulher.

A proposição contraria o texto constitucional, porque a Constituição só reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, segundo está expresso no § 3º do art. 226 da Lei Maior.

A Carta Magna não reconhece como entidade familiar a união estável existente entre mulher com mulher ou entre homem com homem. Relevante ainda é que a Constituição Federal só poderá ser modificada através de emenda constitucional ou por outra Constituição, e nunca por lei complementar. Só este fato já é o bastante para reconhecer a ilegalidade do presente projeto de lei.

O projeto ainda ofende o Código Civil Brasileiro, que só reconhece, em seu artigo 1.723, como entidade familiar, a união estável entre o homem e a mulher. Ou seja, o Diploma Civil não reconhece como entidade familiar a união de homem com homem ou de mulher com mulher.

As relações mantidas entre pessoas do mesmo sexo denominam-se relações homossexuais, mas não constituem união estável.

Os conflitos decorrentes dessas sociedades podem ser dirimidos em juízos cíveis e não em varas de família.

Vê-se, ainda, que o projeto também contraria a Declaração Universal dos Direitos do Homem porque esta também só reconhece a entidade familiar constituída por homem e mulher.

No artigo XVI diz a Declaração Universal: *“1) Os homens e mulheres maior de idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.”*

Note-se que a Declaração Universal destaca que a entidade familiar deve ser constituída por homem e mulher.

Se por um lado a união estável é tão comum em nossa sociedade que mereça reconhecimento e proteção legal, por outro lado a criação de um Estatuto próprio, com regras amplas e cada vez maior facilidade de comprovação, acabaria por desestimular o casamento, justamente ao contrário da determinação constitucional.

A regulamentação da união estável deve ser mínima, permanecendo como é hoje, senão estaremos prejudicando o instituto do casamento, que é a base da família e da sociedade.

Também não se pode acolher a proposição por ser contrária à família brasileira, uma vez que as relações homeoafetivas não devem ser equiparadas às uniões entre homem e mulher. Somente a estas, que são as uniões naturais e consentâneas com a moral e tradição da sociedade brasileira, é que a lei de família deve regular.

Não vemos também qualquer benefício no chamado divórcio de fato. O divórcio já existe há 30 anos em nossa legislação e não precisa ser trazido ao campo da união estável. Não deve haver alargamento de suas hipóteses, que devem permanecer aquelas elencadas na Constituição Federal. Mais uma vez, não há necessidade e traz insegurança social a supressão das formalidades da legislação atual, que já são mínimas.

Por último, cremos ser desnecessária a norma da proposição em apenso. Cremos que, pelos motivos supra elencados, não seja benéfico trazer ainda mais facilidades para a união estável.

Por todo o exposto, votamos pela rejeição das proposições.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado JOSÉ LINHARES
Relator